

Implementação do SNE

Nova fase da nossa revolução

28/12/87

— Deputado José Forjaz

A implementação do Sistema Nacional de Educação implica profundas transformações sociais e representa uma nova fase no avanço da nossa revolução — disse o Deputado José Forjaz ao intervir na 9.ª Sessão da Assembleia Popular. Tal como a intervenção do Deputado Pascoal Mocumbi — a que já fizemos referência em edição anterior também esta foi recebida por toda a Assembleia com uma prolongada salva de palmas.

— O nosso Povo situa-se na zona mais explorada da humanidade. Na zona da humanidade onde a ignorância se traduz por uma taxa de analfabetismo superior a 80 por cento, onde os mecanismos de educação não estão ainda construídos, e onde o baixo nível de instrução é ainda um dos grandes obstáculos ao progresso e à vitória sobre o subdesenvolvimento — disse José Forjaz.

É com a mais profunda consciência que nos comprometemos desde já a melhor o estudar e mais profundamente o debater nos meses que se vão seguir, até que seja definido como Lei — adiantou destacando deste modo o processo que ao longo de 1982 se realizará a nível de todo o País para a divulgação, estudo e enriquecimento do SNE.

As Linhas Gerais do Sistema Nacional de Educação eram o que nos faltava como guia e disciplina da nossa participação nesta tarefa. Mas porque são tão correctas, elas não

podem agora, ser a desculpa da nossa alienação ao problema da educação do nosso povo. Elas propõem-nos uma estratégia. Dizem-nos como vamos e a quem vamos educar. Tere-mos que ser nós a dizer o que queremos aprender e porque queremos aprender — disse.

Sobre o papel que neste processo de discussão popular cabe particularmente aos deputados, José Forjaz ilustrou com várias afirmações longamente aplaudidas pela Assembleia, dada a beleza e clareza das ideias utilizadas:

Teremos que ser nós, os representantes do povo, a exigir que a nossa filosofia seja a de que os homens nascem iguais em direitos e de que nenhum homem pode explorar outro homem; a de que os fenómenos naturais são explicáveis pela ciência e de que esta nos deve ensinar o respeito pela natureza o conhecimento das suas leis.

Teremos que ser nós a exigir que

os nossos filhos desenvolvam a sensibilidade, a imaginação e a força criadora que lhes permita exprimir através da arte, e através dela compreender a alegria dos homens na sua luta comum por um mundo melhor, a sua angústia face à solidão dos momentos de desânimo, a beleza todos os dias renovada da natureza, a delicadeza dos momentos sublimes, e que o façam usando a linguagem das nossas tradições, dos nossos instrumentos, dos nossos materiais, dos nossos sons, das nossas cores, dos nossos ideais.

Teremos que ser nós os representantes do povo, a exigir que um diploma, um grau, uma licenciatura, um doutoramento não sejam uma distinção, mas sim uma nova responsabilidade, para aqueles a quem foi dado o privilégio de o obter; a exigir que o estudo seja um dever, a cultura uma obrigação; a exigir responsabilização política pelo erro técnico.